



RELUCI – 3.2.2 (FMAS)

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)

Gestor responsável: Ediane Vitor de Souza Vital

Exercício: 2022

1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício de 2022, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Conceitua-se como **Contas de Gestão** o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, fiscal, patrimonial e operacional, que alcança as tomadas ou prestações de contas dos administradores de recursos públicos, submetido ao TCE-ES para julgamento.

1.1. Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis

Antes de apresentarmos os pontos de controle selecionados para análise, importante se faz esclarecer algumas questões preliminares e prejudiciais à análise da presente Prestação de Contas Anual por esta UCCI.

Na forma do art. 4º, inciso II, da IN TC nº 68/2020, considera-se Prestação de Contas Anual (PCA) o conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e das demais peças e documentos necessários à constituição da prestação de contas dos responsáveis.

O TCE-ES, em suas normativas, é quem determina quais os pontos de controle devem ser objeto de análise pelo Controle Interno na PCA do exercício, e nesse contexto, os principais pontos referem-se à análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados nos balanços e demonstrativos contábeis.



Ocorre que existe dispositivo normativo junto ao Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece que análise de demonstrativos contábeis é atividade típica e exclusiva de profissionais com formação acadêmica em ciências contábeis e com regular inscrição no Conselho Regional de Contabilidade a que estiver sujeito.

Diante deste contexto, em 2018, o CRC/ES notificou todos os Controladores dos Municípios capixabas com a advertência de que, caso não sejam profissionais com formação em ciências contábeis e com inscrição no Conselho, se abstenham de fazer análise de demonstrativos contábeis, sob pena de incorrer em crime de exercício ilegal de profissão, na forma do art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/1941.

No caso, o Controlador Geral da Prefeitura Municipal de Alegre, apesar de possuir formação acadêmica compatível com o cargo que exerce, qual seja, bacharelado em direito, não possui graduação em ciências contábeis e, por consequência, também não possui inscrição no CRC/ES.

Na PCA de 2017 o ex-Coordenador de Controle Interno da Prefeitura de Alegre, diante da situação apresentada, deixou de analisar os demonstrativos contábeis enviados ao TCEES, fato que ocasionou a citação do Prefeito Municipal, para apresentar justificativas pela ausência de medidas necessárias e suficientes que viabilizassem a realização de procedimentos de controle e a emissão do parecer do controle interno sobre a prestação de contas anual, o que se repetiu nos exercícios seguintes.

Através do Ofício nº 040/2019, datado de 14/02/2019, esta UCCI solicitou ao ex-Prefeito Municipal um servidor com formação acadêmica em ciências contábeis, com registro perante o CRC/ES, e que não estivesse vinculado com as contas da UG's, para que, com a necessária isenção, realizasse a análise dos demonstrativos contábeis.

Em resposta, o ex-Prefeito Municipal de Alegre, ciente das determinações do TCE-ES, informou que não detém em seu quadro de servidores profissional com tais características. Contudo, ressaltou que contratou uma empresa especializada em reformulações de leis com a finalidade de reestruturar o plano de cargos e carreira dos servidores da Prefeitura de Alegre (contrato 02/2019) e que, para a Controladoria, além da estrutura administrativa necessária, seriam criados cargos efetivos de auditores.

O Projeto de Lei que dispõe sobre a reformulação da estrutura administrativa básica da Administração Pública Municipal de Alegre foi encaminhado ao Poder Legislativo, no dia 27/02/2020 (PLEXE 15/2020 - Projeto de Lei Executivo), e aprovado no dia 25/03/2020 – Lei



Municipal nº 3.582/2020, passando a Unidade Central de Controle Interno a contar com uma nova estrutura administrativa: 1) Controlador Geral do Município; 2) Superintendência de Controle Interno; 3) Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados; 4) Superintendência de Ouvidoria e Participação Social; e, 5) Diretoria de Integridade e Transparência.

Já o Projeto de Lei que dispõe sobre a Estruturação do novo Plano de Carreira e Sistema de Remuneração e Valorização dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Alegre/ES foi encaminhado ao Poder Legislativo em 23/03/2020 (PLEXE 21/2020), e nele consta a criação do cargo efetivo de Auditor de Controle Interno (CBO 2522-05). Contudo, o referido PL não foi aprovado até a presente data.

Assim, por não possuir formação acadêmica em ciências contábeis e, por consequência, inscrição no CRC, evidenciada está a impossibilidade do atual Controlador Geral do Município em analisar os demonstrativos contábeis e demais documentos que demandam conhecimento técnico na área.

1.2. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2022 para as atividades da UCCI foram disponibilizados somente 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2022	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	n/a	n/a
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	11.678/2020	01/04/2020
Diretoria de Integridade e Transparência	01	12.633/2022	19/05/2022 Exonerado a pedido em: 31/08/2022

Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre/ES adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.



Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) UG's, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

2. PONTOS DE CONTROLE PRIORITÁRIOS E COMPLEMENTARES SELECIONADOS PARA ANÁLISE (TABELA REFERENCIAL 1 / IN TC Nº 68/2020)

1. Itens de abordagem prioritária					
1.2. Gestão Previdenciária					
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.5	Parcelamentos de débitos previdenciários	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3. Gestão Patrimonial					
1.3.3	Disponibilidades	LC 101/2000,	Conformidade	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram	Contas de



	financeiras – depósito e aplicação	art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	(Verificação documental)	depositadas em instituições financeiras oficiais.	Gestão (Todas as UG's)
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Contas de Gestão (UG responsável pela Dívida Ativa)

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

2.3. Gestão patrimonial

2.3.2	Dívida pública – precatórios pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	--	--	---	---	----------------------------------

2.5. Gestão Previdenciária

2.5.4	Alíquota de contribuição de Recolhimento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES (TABELA REFERENCIAL 1 / IN TC Nº 68/2020)

Sem constatações e/ou proposições relevantes a serem registradas na presente manifestação.



4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. **Ediane Vitor de Souza Vital**, gestora do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), relativa ao exercício de 2022.

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI ao longo do exercício de 2022, percebe-se com clareza que cumprimos devidamente com as nossas atribuições e competências, contribuindo de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados da “Tabela Referencial 1” da Instrução Normativa TC nº 68/2020, a referida prestação de contas se encontra **regular com ressalva** (item 1.1 Impossibilidade da Análise de Demonstrativos Contábeis).

Alegre/ES, 24 de março de 2023.

KASSIO VALADARES AMORIM
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 11.581/2020